



## DO PADRE PELÁGIO AO NOVO MUNDO: UMA PROPOSTA DE ETNOGRAFIA DOS “BANHEIRÕES”<sup>1</sup> NOS TERMINAIS DO EIXO ANHANGUERA

José Estevão Rocha Arantes<sup>2</sup>

### *Apresentação*

O Eixo Anhanguera é uma espécie de “coluna vertebral” do sistema viário urbano da cidade de Goiânia-Goiás, que corta a cidade no sentido Leste-Oeste e garante uma circulação de aproximadamente 180 mil usuários por dia, entre as 5 horas da manhã até 00:30 da madrugada – após este horário há ônibus circulando de hora em hora os chamados “corujões”. Nesse fluxo contínuo de pessoas se configuram várias possibilidades de relações e interações intensas e (des)continuas entre todos/as usuários/as. A antropóloga Janice Caiafa (2008) aponta que a experiência do transporte coletivo promulga sociabilidades e comunicabilidades de toda ordem. São fluxos de intersubjetividades e experiências culturais que permitem a seus usuários vivenciarem, de acordo com a autora, um *ritmo coletivo* de recolocação dos corpos e assumindo novos sentidos na coletividade

É aprendendo esse ritmo coletivo que nos expomos à variedade urbana que caracteriza esse equipamento coletivo e fruímos dela. Recolocamos o corpo, adotamos novos gestos que nos permitem a convivência com os outros no espaço coletivo. O imperativo de controle da circulação pode gerar, ao mesmo tempo e até contra si mesmo, essa aprendizagem tão tipicamente urbana de expor-se às descontinuidades do espaço heterogêneo das cidades e experimentar essa fricção num exercício de confronto com a diferença. (Caiafa, 2008, p. 4).

Essa linha de ônibus é permeada por estações ou terminais, a saber: terminal do *Dergo*; terminal da *Praça A*; terminal da *Praça da Bíblia*, tendo nos seus extremos o terminal *Padre Pelágio*, ponto mais ao oeste desta linha viária e no extremo leste o terminal do *Novo Mundo*<sup>3</sup>. Cada uma dessas estações permite conexões com todos os outros terminais/estações públicos de ônibus

---

<sup>1</sup> Expressão utilizada e reconhecida por parte de pessoas que se identificam com práticas afetivo-sexuais homossexuais para designar pontos de encontro e envolvimento afetivo-sexuais em banheiros, dentre eles os localizados nos terminais de ônibus da Linha Eixo-Anhanguera. Acho importante destacar que essa expressão talvez não seja reconhecida por parte significativa daqueles o utilizam dos “banheiros”, uma vez que se trata de um termo utilizado por sujeitos que se reconhecem ou vivenciam uma modalidade de relações afetivo-sexuais entre pessoas com a mesma identidade de gênero.

<sup>2</sup> Mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Goiás (UFG) e mestrando em Antropologia/(UFG). E-mail:estevaoufg@yahoo.com.br.

<sup>3</sup> Uma relação curiosa pode ser realizada entre os nomes de alguns desses terminais que são referências diretas a experiências religiosas sacramentalizadas pela estrutura cristão, mas que proporciona, por debaixo da batina do Padre Pelágio, ou ainda, por entre o texto e contexto da (praça da) Bíblia, práticas sexuais historicamente instituídas como pecadoras e pecaminosas, profanas se realizam, quem sabe numa busca por um Novo Mundo (Nova Era).



da cidade e ainda de outras cidades circunvizinhas. Nesses terminais, entre uma espera e outra de conexões e deslocamento pela cidade, é possível se alimentar, re-encontrar pessoas, marcar encontros, ou seja, realizar aquelas atividades cotidianas da vida social-cultural – e isso inclui o acesso a práticas sexuais nos “banheirões”.

### *Desenvolvendo o texto*

Este texto faz parte de um projeto de pesquisa onde desejo provocar uma reflexão sobre como a possibilidade de se utilizar o banheiro público<sup>4</sup> como “banheirão”, com sentidos e significados que variam intensamente de acordo com aqueles que se propõe a experimentá-la (a prática do *banheirão*), pode nos ajudar a compreender como a sexualidade é efeito de determinantes simbólicos e (des)organizada a partir de relações de poder que se efetiva sobretudo pelo controle de algumas práticas sexuais denunciadas<sup>5</sup>. De acordo com Foucault (2003), esse controle e a vigilância sobre a sexualidade do outro se efetiva na história do ocidente a partir de elementos discursivos que promulgam quem pode, como pode, quando pode, o porquê de sua efetivação e ainda onde é possível e permitido a realização da prática sexual.

Baseado nas considerações de Foucault sobre o discurso, Ibáñez (2004) apresenta a idéia de problematização, sobretudo em relação aos conceitos de poder, sexualidade, liberdade sexual. Para Ibáñez, problematizar

É conseguir entender como e por que alguma coisa adquiriu um status de evidência inquestionável, como é que algo conseguiu se instalar, se instaurar, como a-problemático. Na problematização, o fundamental é desvendar o processo através do qual alguma coisa se constituiu como óbvia, evidente e certa (2004, p.45).

Os perfis/estilos/performances/expectativas e identidades que buscam nesses espaços a possibilidade de efetivação do desejo, do prazer e da sociabilidade através da prática sexual (ou não) têm variações de ordem local (de terminal para terminal), temporal (o público/consumidores/transeuntes/amantes varia ao longo da jornada, praticamente de 24 horas do eixo), além de marcas geracionais, raciais, performances de masculinidade para ficarmos em algumas categorias.

Beatriz Preciado (2009) aponta que a partir da dicotomia masculino/feminino estabelecida na divisão entre banheiro masculino/feminino, há reiterações do controle sobre as performances de gênero. Para a autora

---

<sup>4</sup> Um “público” limitado ao gênero do/da usuário/a (banheiro masculino separado do banheiro feminino).

<sup>5</sup> Gosto de pensar na idéia de denuncia, pois esta evidencia o lugar de poder de quem se vê e se percebe (a partir dos elementos culturais e históricos que o legitima) como delator do crime, do anti-natural, do estranho/diferente.



Não vamos aos banheiros para evacuar, senão para fazer nossas necessidades de gênero. Não vamos mijar, senão reafirmar os códigos da masculinidade e da feminilidade no espaço público. Por isso, escapar do regime de gênero dos banheiros públicos é desafiar a segregação sexual que a moderna arquitetura urinária nos impõe há mais ou menos dois séculos: público/privado, visível/invisível, decente/obsceno, homem/mulher, pênis/vagina, de-pé/sentado, ocupado/livre...” (Preciado, 2009).

Pensamos que apesar de ter um efeito regulatório sobre o gênero e a sexualidade, ao se utilizar o banheiro público para outros exercícios da vida social, como práticas de sexualidades de forma não coordenada pela matriz *heteronormativa*<sup>6</sup>, temos possibilidades de provocar essa matriz e seus significados. A forma, o uso e as possibilidades de práticas sexuais dentro desses banheiros<sup>7</sup> nos permitem pensar que aquilo que foi construído a partir de regras e tentativas de normatização das relações de gênero (banheiro masculino e banheiro feminino) serve também para a subversão desses modelos, pluralizando assim as possibilidades de instaurar o conflito e desestabilizar modelos normativos e naturalistas da vida em sociedade.

A construção do binarismo de gênero, reiterado quando a sociedade divide banheiros masculinos dos femininos nos possibilita também, apesar de instaurar marcas e hierarquias identitárias, a abertura de “novos campos” de reflexão, uma vez que a limitação à determinados tipo de sociabilidades (usual nos banheiros masculinos) oferecem peculiaridades que desorganizam normalidades e essas mesmas hierarquias.

### *Dialogando com quem?*

Ao desenvolver esse projeto, intenciono me apropriar das contribuições teóricas de importantes autoras no cenário contemporâneo, que produzem reflexões sobre a sexualidade a partir de visitas às provocações foucaultianas sobre a relação sexualidade e poder.

Os elementos simbólicos e discursivos sobre a sexualidade nos permite realizar aproximações – mesmo que limitadas do ponto de vista da produção de saberes – sobre realidades possíveis da experiência humana. As contribuições da antropóloga Gayle Rubin (1989) são importantes para essa proposta uma vez que ela nos permite pensar a sexualidade a partir das hierarquias que são construídas para perseguir e estruturar práticas sexuais (e as sociabilidades que dela derivam) e sujeitos a partir de uma idéia de normalidade. Nesse sentido, a autora advoga em nome de uma teoria radical da sexualidade onde nos incita a “construir descripciones ricas sobre la

---

<sup>6</sup> Esse conceito é desenvolvido pela filósofa Judith Butler (2003) e pode ser entendido como todo processo social, cultural e discursivo que organiza as práticas sexuais e as experiências de gênero a partir do princípio da heterossexualidade compulsório.

<sup>7</sup> Há nesses espaços a possibilidade de efetivação daquilo que Maffesoli (2004) chama de *orgiasmo* como fator de socialidade.



sexualidad, tal y como esta existe en la sociedad y en la historia, y requiere un lenguaje crítico convincente que transmita la crueldade de la persecución sexual” (Rubin, 1989, p. 130).

Para Rubin, a sociedade contemporânea classifica e hierarquiza a vida em sociedade a partir também de valores morais sobre sexualidades que variam de um sexo bom, normal, natural, saudável e sagrado até seu extremo e “dominado” oposto sexo mal, anormal, antinatural, pecaminoso e extravagante<sup>8</sup>. Práticas em lugares públicos como saunas, parques ou banheiros são consideradas por Rubin como representações de uma tentativa de controlar a experiência da sexualidade, localizando-se, assim, nos limites da normalidade sexual.

A idéia de corpos abjetos ou uma sexualidade abjeta, desenvolvida por Judith Butler (2005), configurada como aquela que não opera conforme as normas de uma sexualidade “ordinária” nos permite pensar as experiências sociais e seus significados através dos símbolos e discursos presentes nos banheiros do eixo Anhanguera. Os abjetos são aqueles que não têm, na materialidade de seus corpos, inscrições de “normalidades”, entretanto, possibilitam a estrutura de regras de poder que organizam as relações sócio-culturais em mais e menos permitidas. Nesse caso, pensar a sexualidade promovida e praticada a partir dos contatos, encontros e relações estabelecidas nesses banheiros podem ser percebidas a partir dessa noção de abjeção.

O cheiro forte, a urina pelo chão, a sujeira do espaço ou ainda as variações de sujeitos que se utiliza daqueles lugares me parecem arquétipos para se rasurar as normalidades, as hierarquias e os controles de uma sexualidade pautada por uma pretensa idéia de coerência heterossexual. Entretanto, recria – ou estabelece condições –, para a criação de outras matrizes que, por conseguinte, definem outros “normais” e novos “abjetos”.

### *Como fazer?*

Adotando uma perspectiva interpretacionista, Gilberto Velho pensa que nem sempre foram bem sucedidas as tentativas de “entender e registrar o discurso do universo, seu sistema de classificação e de captar sua visão de mundo” dos grupos e comunidades sociais em que se realizam as pesquisas de campo (para o nosso propósito entenda-se: o método da observação participante). Contudo, avalia honesta e conscienciosamente “que se trata, no entanto, de uma interpretação e que por mais que tenha procurado reunir dados ‘verdadeiros’ e ‘objetivos’ sobre a vida daquele universo, a minha subjetividade está presente em todo o trabalho” (VELHO, 1978, p. 43).

---

<sup>8</sup>Ver os quadros que a autora utiliza para demonstrar essa hierarquia e classificação em Rubin (1989), páginas 139 e 140.



Na experiência social e cultural nacional e local, por exemplo, política, família, relações de gênero, religiosidades, relações raciais e a sexualidade estão no cerne de polêmicas e de visões distintas acerca da vida em sociedade. Esta situação pode ocasionar – por parte dos sujeitos que estão no contexto do “campo” – questionamentos sobre as interpretações do pesquisador. No caso da proposta que se apresenta, há um risco ainda maior, que seria o de incorrer, a partir do trabalho desenvolvido, numa denúncia de práticas sexuais em lugares que a princípio não são legitimados para isso. Os efeitos para aqueles que estão no processo de uso desses banheiros pode ser negativo. Todavia, este elemento assaz presente na realização da experiência etnográfica não constitui um obstáculo ao pesquisador, mas sim o enriquecimento de seu ponto de vista.

Se antes, em qualquer manual de antropologia ou mesmo de metodologia qualitativa, a observação participante era tida como um caminho mais que seguro para a coleta de informações para se compreender a realidade social estudada, hoje não mais atinge essa sua posição sem passar por um crivo crítico. As posições dos interlocutores<sup>9</sup> envolvidos no contexto de produção de saberes, realidades, discursos e significados, muitas vezes não foi devidamente considerada.

A pesquisa dentro das ciências sociais, hoje, tem como um dos seus pontos fundamentais a sua capacidade de promulgar e exaltar diferenças cada vez mais específicas, localizadas e posicionalizadas. São vários os autores que se colocam a pensar a posição desses novos sujeitos e suas condições particulares de experimentar e vivenciar os cotidianos (HALL, 2003a, 2003b, FEATHERSTONE, 1995, HARVEY, 1992, BAUMAN, 1998). A noção de cultura nesse momento foi elevada, dentro das ciências sociais, à posição antes ocupada pela economia. Hoje é central discutir e pensar como os aspectos culturais são norteadores das posições de sujeitos, das redes de significados e das sociabilidades entre as pessoas. Essa nova configuração epistemológica atravessa os espaços acadêmicos e tem chegado até os “nativos”, antes apenas informantes, e deslocado consideravelmente as relações de poder “sacralizadas” a partir de um “bom” trabalho de campo e observação participante. A cultura hoje é reconhecida como propriedade de diferenciação do Eu, e isso tem implicações políticas fundamentais no instante de se garantir até mesmo políticas públicas específicas (penso aqui nos movimentos por políticas afirmativas, ou de políticas para a população LGBTT<sup>10</sup>). Se antes um pesquisador se sentia com toda a propriedade para investigar e falar sobre

---

<sup>9</sup> Não separo aqui interlocutores entre a “idéia” de pesquisador e pesquisado. Ambos estão numa relação, logo, a mercê de posicionalidades, atitudes e possibilidades que são em muitos casos possíveis a ambos.

<sup>10</sup> Esses dois movimentos, negro e LGBTT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais) são considerados por Hall (2003) como fundantes de uma nova concepção das identidades sociais, de um “sujeito pós-moderno”.



determinados aspectos do cotidiano de um *outro*, atualmente o cuidado e a necessidade de se pensar esse *outro* inteligível passa pelo crivo desse próprio outro.

Teresa Caldeira, ao refletir sobre as considerações de James Clifford, aponta que hoje “o antropólogo contemporâneo tende a rejeitar as descrições holísticas, se interroga sobre os limites da sua capacidade de conhecer o outro, procura expor no texto as suas dúvidas e o caminho que o levou à interpretação, sempre parcial”. (Caldeira, 1988, p. 133). A crítica a essa posição se efetiva, de acordo com Caldeira, em dois campos: as transformações no macrocontexto e a mudança de referências teóricas em relação à própria concepção da idéia de cultura. Na medida em que os Impérios coloniais são desmantelados e os novos sujeitos (antes informantes) estão agora contextualizados, disputando espaços e posições no intrincado simbólico que permeia o mundo contemporâneo, a forma de se realizar a observação participante foi repensada<sup>11</sup>.

As críticas e reflexões apontadas por James Clifford (2002) sobre elementos que permeiam a “autoridade etnográfica” via observação participante e sua materialização na (por vezes limitada) escrita textual nos permite identificar uma outra perspectiva de realização do trabalho etnográfico. Pensando a partir das contribuições de Dilthey, Clifford (2002) nos diz que a

Experiência etnográfica pode ser encarada como a construção de um mundo comum de significados, a partir de estilos intuitivos de sentimento, percepção e inferências. Essa atividade faz uso de pistas, traços, gestos e restos de sentido antes de desenvolver interpretações estáveis. Tais formas fragmentárias de experiência podem ser classificadas como estéticas e ou divinatórias. (CLIFFORD, 2002, p. 36).

Clifford, embora reconheça que o modelo *interpretativista* – que tem como maior expoente Clifford Geertz (1989) – se propôs a questionar o processo da produção de conhecimento na antropologia e não deixou de manter o caráter de separação das culturas, entre observador e observado, além da pretensão de re-criação da totalidade a partir do distanciamento. Para Clifford (2002)

Torna-se necessário conceber a etnografia não como a experiência e a interpretação de uma “outra” realidade circunscrita, mas sim como uma negociação construtiva envolvendo pelo menos dois, e muitas vezes mais, sujeitos conscientes e politicamente significativos. Paradigmas de experiência e interpretação estão dando lugar a paradigmas discursivos de diálogo e polifonia. (Clifford, 2002, p. 43).

A idéia de processos culturais e experiências sociais entendidas como relacionais (HALL, 2003a), onde há comunicabilidade e fluxos de informações entre os atores sociais num movimento histórico permeado pela lógica do poder, provoca o lugar do pesquisador e o coloca na posição de interlocutor de realidades a partir do cotidiano e situações que o campo realiza. Assumir qual o

---

<sup>11</sup> O sociólogo Anthony Giddens endossa essa crítica ao afirmar que a antropologia perdeu seu “universo” por excelência de investigação uma vez que o mundo hoje aponta um alto grau de *reflexividade*, o que corrobora até mesmo pela rejeição por parte dos informantes dos relatos feitos a seu respeito (GIDDENS, 2001).



papel que se quer desempenhar na pesquisa antropológica é uma questão que provoca os cientistas sociais. Manter os diálogos e polifonias discursivas é condição mínima para essa proposta de conhecimento aproximado, e nada mais que isso, se pretendemos entender a realidade (ou o que seja isso).

Para tanto, como aponta Favret-Saada (2005) – e acordo com sua reflexão – é preciso ser afetado pelo campo. Nesse sentido, no momento mesmo em que somos afetados pelas experiências, que reconhecemos as situações de comunicabilidade involuntária como parte importante do exercício etnográfico, que nos permitimos ser enfeitiçados pelo contato, interação e aprendizado com os interlocutores, é que temos a possibilidade de vivenciarmos e realizarmos uma etnografia. Que os momentos no campo, os contatos, as trocas e as experiências dentro e fora dos banheiros nos terminais me permitam, em certa medida, aproximar dessa proposta.

Um trabalho que nos servirá de exemplo estruturante do exercício de campo trata-se do texto desenvolvido por María Elvira Dias Benítez (2007) a partir da teoria dos *Atos de Fala* de J.L. Austin. Esta antropóloga se coloca a pensar como os encontros sexuais ocasionais que se dão no *Dark Room* de uma boate da cidade do Rio de Janeiro podem ser compreendidos como rituais, onde os efeitos de gestos, atos e performances possibilitam entender sociabilidades que derivam da busca do prazer e da efetivação do desejo. Nas palavras da autora

No *dark room*, os gestos que os indivíduos efetuam são essenciais para estruturar as relações; por meio deles se organizam formas particulares de negociação e distribuição dos papéis que permitem realizar o ritual satisfatoriamente. Por isso, têm uma força performativa e “ilocucionária” formal: um ato gestual marca formalmente o começo de uma interação, delinea seu desenvolvimento e igualmente determina seu fim. (p. 104).

Nos banheiros desta linha viária, assim como no *Dark Room*, os gestos, mais do que a palavra dita, são os maiores recursos utilizados pelos seus praticantes na hora de iniciarem suas trocas/performances/rituais. O trabalho de campo que se desenvolverá – a partir do exercício da experiência etnográfica – busca a compreensão dos elementos simbólicos e discursivos que permeiam as relações de (homo)socialidade que se dão nos banheiros masculino dos terminais de ônibus da Linha Eixo-Anhanguera.

### *Resultados?*

Como se trata de uma pesquisa em andamento, este breve texto ainda não apresenta resultados sistematizados. O campo está em processo e espero logo poder compartilhá-los.





*Referências bibliográficas:*

- BAUMAN, Zygmunt. *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 1998.
- DÍAZ BENÍTEZ, Maria Elvira. Dark Rom Aqui: Um ritual de escuridão e silêncio. *Cadernos de Campo* (USP), v. 16, p, 93-112, 2007.
- BUTLER, Judith. *Cuerpos que importan: sobre los límites materiales y discursivos Del “sexo”*. Buenos Aires: Paidós, 2005.
- \_\_\_\_\_. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CAIAFA, Janice. Tecnologia e sociabilidade no metrô. *E-compós*, Brasília, v.11, n.1, p. 1-15, jan./abr. 2008.
- CALDEIRA, Teresa. *A presença do autor e a pós-modernidade em Antropologia*. In: CEBRAP. n° 21, julho de 1988. p. 133-157.
- CLIFFORD, James. *A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.
- DÍAS BENÍTEZ, María Elvira. Nas redes do sexo: Bastidores e cenários do pornô brasileiro. Rio de Janeiro: UFRJ/Museu Nacional/PPGAS, 2009. xi, 290p.
- FAVRET-SAADA, Jeanne. “Être affecté”. “Ser afetado”. Tradução de Paula Siqueira; *Cadernos de Campo*, n. 13, 2005.
- FEATHERSTONE, Mike. *Cultura de Consumo e Pós-Modernismo*; tradução Julio Assis Simões. São Paulo: Studio Nobel, 1995.
- FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I – a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 2003.
- \_\_\_\_\_. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.
- GIDDENS, Anthony. O Futuro da Antropologia. In: *Em defesa da Sociologia – ensaios, interpretações e réplicas*. São Paulo: Ed. Unesp, 2001, p. 173-180.
- HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.
- HALL, Stuart. *Da Diáspora*. Identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora da UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003a.
- \_\_\_\_\_. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003b.
- MAFFESOLI, Michel. *A sombra de Dionísio: contribuição a uma sociologia da orgia*. São Paulo: Zouk, 2005.
- AUTOR. *Título do artigo*. Título da publicação seriada, local, volume, número, mês ano. Paginação ou indicação de tamanho. Disponível em: <Endereço.>. Acesso em: data.





PRECIADO, Beatriz. *Sujeira e Gênera. Mijar/Cagar. Masculino/Feminino*. Versão eletrônica disponível em: <  
<http://blogs.myspace.com/index.cfm?fuseaction=blog.view&friendId=173466700&blogId=276091123>>. Acesso em: 25 de outubro de 2009.

RUBIN, Gayle. Reflexionando sobre el sexo: notas para uma teoría radical de la sexualidad. In: VANCE, Carole, (comp). *Placer y peligro. Explorando la sexualidade femenina*. Madrid: Revolucion, 1989, pp. 113-190.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: NUNES, Edson de Oliveira (Org.). *A aventura sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.